

União Europeia veta carnes brasileiras por regra sanitária

Decisão do bloco é anunciada após mudanças sobre uso de antimicrobianos na pecuária

Ilustração/Imagem gerada por IA

A decisão da União Europeia de retirar o Brasil da lista de países autorizados a exportar produtos de origem animal para consumo humano ao bloco abriu um novo capítulo nas relações comerciais entre os dois mercados. O anúncio foi feito na terça-feira (12) pela Comissão Europeia e provocou reação do governo brasileiro, que afirmou ter recebido a medida “com surpresa” e informou que tentará reverter-la antes da entrada em vigor das novas regras, prevista para 3 de setembro de 2026.

Segundo a União Europeia, o Brasil deixou de atender às exigências relacionadas ao controle do uso de antimicrobianos na criação animal. As regras europeias passaram a valer internamente em 2022 e, agora, também serão exigidas de países exportadores. O bloco afirma que os países autorizados precisam comprovar que os animais destinados à produção de alimentos não receberam antimicrobianos proibidos ao longo de toda a vida produtiva.

A atualização foi aprovada no Comitê Permanente para Plantas, Animais, Alimentos e Ração da Comissão Europeia, responsável pela definição dos países aptos a exportar carnes para o mercado europeu. Com a mudança, o Brasil ficou fora da nova relação de países autorizados, enquanto Argentina, Paraguai e Uruguai permaneceram habilitados.

Em nota conjunta, os ministérios da Agricultura e Pecuária, das Relações Exteriores e do Desen-



Decisão pode afetar frigoríficos e produtores brasileiros que exportam carne bovina e aves

volvimento, Indústria, Comércio e Serviços disseram que o Brasil adotará “todas as medidas necessárias” para voltar à lista. O governo informou ainda que o chefe da delegação brasileira junto à União Europeia terá uma reunião com autoridades sanitárias europeias para pedir esclarecimentos sobre os critérios utilizados na decisão.

Apesar do anúncio, as exportações brasileiras continuam autorizadas até setembro. O governo brasileiro ressaltou que o país mantém relações comerciais com o mercado europeu há cerca de quatro décadas e destacou a relevância do sistema sanitário nacional para o comércio internacional de proteínas animais.

A União Europeia é um dos principais destinos das exportações brasileiras de carne. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços apontam que o bloco importou cerca de R\$ 1,6 bilhão em carnes brasileiras em 2025.

A medida ocorre em um momento de maior debate sobre o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. O tratado foi assinado em janeiro de 2026 e começou a ser aplicado provisoriamente em maio deste ano, embora ainda dependa de etapas de ratificação política e jurídica no Parlamento Europeu e em países do bloco. O acordo prevê redução gradual de tarifas,

ampliação de comércio agrícola e industrial e regras sanitárias compartilhadas. Ao longo das negociações, produtores rurais europeus manifestaram preocupação com a entrada de produtos agrícolas sul-americanos no mercado europeu, especialmente carnes.

Nos últimos anos, a União Europeia ampliou exigências sanitárias e ambientais relacionadas ao comércio agropecuário. Entre os temas incluídos nas novas regras estão rastreabilidade da produção, controle do uso de antibióticos, redução de resíduos químicos e critérios ambientais associados às cadeias produtivas. A política europeia sobre antimicrobianos faz

parte de um conjunto de medidas voltadas ao combate da resistência bacteriana, com o objetivo de limitar o uso preventivo ou excessivo desses medicamentos na pecuária. As exigências passaram a valer também para exportadores estrangeiros como condição para acesso ao mercado europeu. A decisão pode afetar frigoríficos e produtores brasileiros que exportam carne bovina, aves e outros produtos de origem animal. Empresas do setor aguardam os desdobramentos das negociações entre Brasília e Bruxelas para saber se haverá adequação das exigências sanitárias ou reversão da medida antes do prazo definido pela Comissão Europeia.

Juros bancários elevados em maio, diz Procon-SP

Ilustração/Imagem gerada por IA

Pesquisa mensal do Procon-SP indica que as taxas de juros cobradas pelos principais bancos do país seguiram elevadas em maio de 2026, mantendo o crédito caro para o consumidor. O levantamento mostra estabilidade no cheque especial e alta moderada no empréstimo pessoal, em um cenário ainda influenciado pelos juros básicos elevados da economia.

O estudo acompanha seis grandes instituições financeiras — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco Safra e Santander — e considera taxas máximas pré-fixadas para clientes não preferenciais. Os dados foram coletados em 5 de maio.

No cheque especial, a taxa média permaneceu em 8% ao mês, repetindo o patamar registrado nos meses anteriores. Em termos anuais, esse percentual equivale a 151,82%. Todos os bancos pesquisados mantiveram as mesmas

taxas da pesquisa anterior, permanecendo no teto permitido pelo Banco Central desde 2020.

Já no empréstimo pessoal, a taxa média subiu para 8,59% ao mês, com acréscimo de 0,15 ponto percentual em relação a abril. Na taxa anual, os juros chegam a 168,73%. O maior aumento foi registrado pelo Bradesco, que elevou sua taxa de 8,49% para 9,50% ao mês. O Banco do Brasil reduziu levemente os juros, de 7,39% para 7,29% ao mês. Os demais bancos mantiveram os percentuais anteriores.

Entre as instituições pesquisadas, a menor taxa do empréstimo pessoal foi encontrada no Safra, com 7,25% ao mês, enquanto a maior foi a do Santander, com 9,99% ao mês.

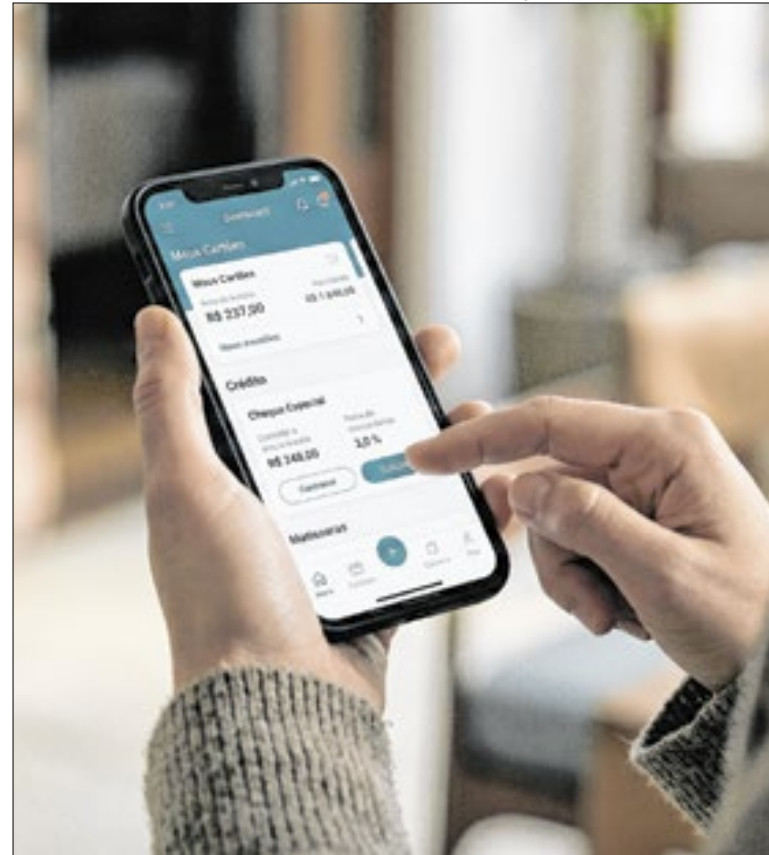
Recomendações

Segundo o Procon-SP, “os juros continuam muito elevados” e os consumidores devem evitar decisões impulsivas diante das

facilidades oferecidas pelas instituições financeiras, como crédito pré-aprovado e ampliação do limite do cheque especial.

O órgão também relaciona o cenário ao ambiente macroeconômico. Em abril, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, fixando os juros básicos em 14,50% ao ano. Apesar do corte, o patamar segue elevado e ainda limita reduções maiores no custo do crédito.

O Procon-SP reforça a orientação para que consumidores comparem taxas entre bancos, analisem o Custo Efetivo Total (CET) e priorizem o planejamento financeiro antes de contratar empréstimos. O órgão alerta ainda para o risco de endividamento provocado pelo uso contínuo do cheque especial, considerado uma das modalidades mais caras do mercado.



Cheque especial tem taxa média de 8% ao mês